

Crianças passam fome em galpão no bairro S. Pedro

A fome, que grassa pelos quatro cantos da periferia da Grande Vitória, está ameaçando diretamente pelo menos 390 crianças assistidas, precariamente, pela Associação dos Catadores de Lixo do Bairro São Pedro: São todas filhas de catadores, proibidas, por determinação da entidade — devidamente registrada —, de permanecer na área do "lixão", onde seus pais promovem a catção de resíduos, comercializados para a subsistência de suas famílias.

As crianças, na realidade, não estão nem mesmo comparecendo em massa ao galpão da associação, construído com o objetivo de armazenar o lixo que seria adquirido pela entidade dos catadores associados, a preços maiores que os oferecidos pelos "atravessadores". A explicação para o fato, segundo o tesoureiro da associação, Sebastião Coutinho de Oliveira, é uma só: falta de comida.

PRECARIEDADE

A creche improvisada pela entidade está funcionando há dois meses, desde que os catadores decidiram não mais permitir a frequência de menores na área do "lixão", sob argumentação de que vários acidentes, envolvendo crianças já haviam ocorrido. Na época, foi feito um levantamento que constatou a presença de mais de 500 menores de 18 anos, permanentemente, na região de despejo do lixo. Desses total, 390 estavam na faixa etária de três meses a 7 anos de idade e, devido à proibição — e por não terem com quem permanecer em suas casas, durante o afastamento dos pais, catadores —, foram absorvidas pela associação em seu galpão.

Com isso, a entidade mudou a destinação do espaço, que lhe foi entregue em dezembro. A obra foi edificada pela Prefeitura de Vitória (que cedeu a mão-de-obra) com recursos federais e estaduais — Cr\$ 7,2 milhões da Seplan, repassados pela Secretaria do Bem-Estar Social (Sebs) e Cr\$ 3,8 milhões da Unidade Comunitária de Integração Social (Ucis).

Desde então, um número variável de crianças tem permanecido no local, de 7 às 16 horas, sob cuidados de alguns dos diretores da Associação dos Catadores. Ontem, por exemplo, mais de 50 se encontravam no local, durante a tarde, cobertas de moscas — vindas do "lixão", situado nas proximidades.

Mas o que pior lhes pode acontecer é não ter o que comer. Por não ser creche, não existem recursos financeiros ou materiais repassados e o que é dado às crianças como alimento, é obtido através de pedidos feitos pelos diretores da associação, "de porta em porta". Ontem, por exemplo, foi um daqueles dias onde ninguém reclamou da "barriga vazia": havia galinha e arroz no almoço, pão dormido e refresco (artificial) de uva no lanche da tarde — tudo obtido através de muitos pedidos em estabelecimentos comerciais.

Nos dias em que a argumentação dos diretores da associação não é suficiente para sensibilizar os comerciantes do bairro — que não são muitos, pelo menos os melhor estabelecidos —, diminui bastante o número de crianças no galpão. "A última ajuda que recebemos aqui veio da Cruz Vermelha e há muita dificuldade. Por isso, das 390 cadastradas têm vindo, no máximo, 110 por dia. Tudo isso por falta de comida. Não adianta as mães deixarem os filhos onde eles vão sentir fome", explicou Zeni Júlia da Silva, que pertence ao Conselho Fiscal.

Sebastiana Cândida Martins, mãe de 7 filhos, todos menores de 14 anos, também ligada à entidade, assegurou que mais de mil pessoas participam da cata do lixo, principalmente durante a noite. "Eu cato à noite, e só consigo uns Cr\$ 2 mil ou Cr\$ 3 mil por dia, dinheiro que utilizo para comprar arroz e feijão pra minhas crianças", disse a mulher.

"A maior parte dos caminhões traz mesmo é muito capim e terra, retirados das ruas. O papelão e o material melhor, são retirados na cidade pelos catadores que trabalham lá mesmo. Para nós resta bem pouco", disse ele. A associação, que deveria adquirir o material catado a preços melhores, estocando-o no galpão, para posterior comercialização, não vem efetivando a medida, sob alegação de que não dispõe de recursos financeiros.

MAIS FOME

Mas não é só no galpão da associação que existem crianças com fome. Bem próximo ao prédio, na sede da igreja São José — um barracão de madeira —, existem outras na mesma situação. Ali funciona uma escola improvisada, de 1ª e 2ª séries, mantida pela comunidade de São Pedro III, com professores voluntários.

"Aqui é preciso que alguém nos ajude doando material e também providenciando a merenda para as crianças. Existem muitas que vêm sem nada no estômago", assegurou a professora Belarmina Maria Pereira, moradora do conjunto habitacional André Carloni, na Serra; que, desempregada, decidiu "ajudar a quem mais precisa". São Pedro está com suas escolas com capacidade esgotada e a abertura de mais um estabelecimento é uma das grandes reivindicações da comunidade, além de creches.

INVASÃO

A construção de uma creche, de uma escola, de um centro de saúde e de duas lavanderias, segundo o secretário de Ação Social da Prefeitura de Vitória, Agenor Roriz, faz parte dos planos do órgão e chegou a ser projetada. "Estávamos com tudo definido. O centro de saúde e a lavanderia seriam construídos com recursos obtidos através da Secretaria da Saúde e os demais equipamentos pela PMV", disse ele.

Segundo o secretário, até mesmo uma área foi escolhida para abrigar os serviços. A prefeitura planejava desapropriar um terreno e, quando iria iniciar o processo, em fevereiro, deparou-se com um problema: 14 famílias invadiram a área, alegando não ter onde morar. "Fizemos um levantamento sócio-econômico e constatamos que pelo menos três delas já têm casas. Chegamos a retirar as pessoas do local, mas acabamos decidindo permitir que elas mantivessem abrigos de lona, até que tudo fosse resolvido. Houve desrespeito e já existem barracos no local", explicou.

Roriz garantiu que a prefeitura estuda a possibilidade de transferir as famílias realmente carentes para um outro local, no mesmo bairro. Só assim será possível, segundo ele, a construção dos equipamentos já previstos, resolvendo a situação das crianças sem creche e sem escola. A Sebs alega não se envolver na questão da ocupação do galpão pelas crianças. "Viabilizamos, junto à Ucis e à PMV, a construção do prédio, solicitado há três anos pelos catadores. Enviamos o pedido de verba para a Seplan sob a argumentação de apoio à associação. Agora eles alegam não ter dinheiro para a compra do material. Uma situação nova, que poderemos estudar. Até hoje, porém, ninguém da entidade nos procurou para falar dessa dificuldade", assegurou a coordenadora dos Centros Sociais Urbanos, Lígia Gomes da Cunha Laranja.

Sebastião Coutinho, Sebastiana e Cândida Martins e Zeni Júlia da Silva Souza asseguram que os catadores, sem dinheiro, aguardam ajuda do governo para que a associação volte a funcionar. "Em dezembro, quando inaugurou o depósito, o governador Gérson Camata, que é o nosso presidente de honra, prometeu creche e centro de saúde pra gente. A gente está esperan-

Foto de José A. Magnago



Além de conitório, no galpão inexistente o principal: comida

Maria Ortiz: barracos estão ameaçando desabar

Foto de Ailton Lopes

Vários barracos no bairro Maria Ortiz, instalados na água, estão causando sérias preocupações à comunidade por ameaçarem cair. As famílias prejudicadas com o problema alegam não possuir recursos para consertos, ao mesmo tempo em que aguardam da Prefeitura de Vitória a transferência das casas para os lotes urbanizados previstos dentro do projeto Cidade de Porte Médio (CPM).

Ontem, o secretário de Obras, Humberto Vello, informou que as melhorias urbanas já foram contratadas e somente não começaram porque o BNH ainda não liberou os recursos necessários. Adiantou que a PMV nada pode fazer pelas famílias das palafitas, porque a área para onde serão transferidas ainda não recebeu os benefícios de infraestrutura; previstos no projeto. De acordo com o secretário, as obras de melhorias para o bairro Maria Ortiz foram contratadas em novembro do ano passado, estando prevista a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 15 bilhões. Acontece que a burocracia para a assinatura dos contratos por parte do BNH está sendo grande, fazendo com que os recursos não sejam liberados, explicou o secretário.

Adiantou que, assim que o dinheiro for liberado e as obras iniciadas, a área de 80 mil metros quadrados, onde ficarão alojados os barracos de aproximadamente 400 famílias das palafitas, ficará pronta num prazo máximo de 90 dias. Este terreno, desapropriado pela PMV, receberá drenagem, esgoto, pavimentação e banheiros sanitários.

No local onde os barracos estão hoje será construída uma longa avenida, como forma de urbanização e para evitar novas invasões no mangue. Humberto Vello ressaltou que tanto a PMV como o governo do Estado estão se empenhando para fazer com que os recursos do CPM sejam logo liberados e, para isso, basta apenas o presidente do BNH assinar os contratos, que se encontram sobre sua mesa.

PROBLEMAS



Marli: "Se ventar, a casa balança"

que afirma estar sua casa com a madeira apodrecendo dentro da água.

A moradora lamenta não poder consertar os caibros, porque não possui condições financeiras e está aguardando a PMV realizar logo as transferências para dormir sossegada. Com o marido doente e aposentado com pequeno salário, Maria Eugênia espera qualquer tipo de ajuda, até mesmo atterro do mangue.

Outra que enfrenta a mesma situação é Marli Silva de Lacerda, que tem cinco filhos e um barraco de estacas. Ela contou que, recentemente, o marido colocou 18 estacas de madeira; mas não está suportando os problemas causados pela maresia. "Isso aqui tá perigoso. De noite, quando venta, a casa fica balançando, parecendo que vai cair", lamentou.

Almerinda Tereza Guedes, além de reclamar que as laterais de sua casa estão cedendo, pediu providências para consertar as passarelas, que estão com o mesmo problema: apodrecendo e sem nenhuma segurança. A moradora ganha salário mínimo e afirma que não possui condições de comprar madeira nova e nem de pagar aluguel em outro local mais tranquilo.

Saul Pereira, tesoureiro da Associação de Moradores de Maria Ortiz, diz que é muito ruim a situação desses moradores, que vivem constantemente preocupados. Segundo ele, a entidade já

A fome, que grassa pelos quatro cantos da periferia da Grande Vitória, está ameaçando diretamente pelo menos 390 crianças assistidas, precariamente, pela Associação dos Catadores de Lixo do Bairro São Pedro. São todas filhas de catadores, proibidas, por determinação da entidade — devidamente registrada —, de permanecer na área do "lixão", onde seus pais promovem a catação de resíduos, comercializados para a subsistência de suas famílias.

As crianças, na realidade, não estão nem mesmo comparando em massa ao galpão da associação, construído com o objetivo de armazenar o lixo que seria adquirido pela entidade dos catadores associados, a preços maiores que os oferecidos pelos "atravessadores". A explicação para o fato, segundo o tesoureiro da associação, Sebastião Coutinho de Oliveira, é uma só: falta de comida.

PRECARIEDADE

A creche improvisada pela entidade está funcionando há dois meses, desde que os catadores decidiram não mais permitir a frequência de menores na área do "lixão", sob argumentação de que vários acidentes, envolvendo crianças já haviam ocorrido. Na época, foi feito um levantamento que constatou a presença de mais de 500 menores de 18 anos, permanentemente, na região de despejo do lixo. Desses total, 390 estavam na faixa etária de três meses a 7 anos de idade e, devido à proibição — e por não terem com quem permanecer em suas casas, durante o afastamento dos pais, catadores — foram absorvidas pela associação em seu galpão.

Com isso, a entidade mudou a destinação do espaço, que lhe foi entregue em dezembro. A obra foi edificada pela Prefeitura de Vitória (que cedeu a mão-de-obra) com recursos federais e estaduais — Cr\$ 7,2 milhões da Seplan, repassados pela Secretaria do Bem-Estar Social (Sebs) e Cr\$ 3,8 milhões da Unidade Comunitária de Integração Social (Ucis).

Desde então, um número variável de crianças tem permanecido no local, de 7 às 16 horas, sob cuidados de alguns dos diretores da Associação de Catadores. Ontem, por exemplo, mais de 50 se encontravam no local, durante à tarde, cobertas de moscas — vindas do "lixão", situado nas proximidades.

Mas o que pior lhes pode acontecer é não ter o que comer. Por não ser creche, não existem recursos financeiros ou materiais repassados e o que é dado às crianças como alimento, é obtido através de pedidos feitos pelos diretores da associação, "de porta em porta". Ontem, por exemplo, foi um daqueles dias onde ninguém reclamou da "barriga vazia": havia galinha e arroz no almoço, pão dormido e refresco (artificial) de uva no lanche da tarde — tudo obtido através de muitos pedidos em estabelecimentos comerciais.

Nos dias em que a argumentação dos diretores da associação não é suficiente para sensibilizar os comerciantes do bairro — que não são muitos, pelo menos os melhor estabelecidos —, diminui bastante o número de crianças no galpão. "A última ajuda que recebemos aqui veio da Cruz Vermelha e há muita dificuldade. Por isso, das 390 cadastradas têm vindo, no máximo, 110 por dia. Tudo isso por falta de comida. Não adianta as mães deixarem os filhos onde eles vão sentir fome", explicou Zeni Júlia da Silva, que pertence ao Conselho Fiscal.

Sebastiana Cândida Martins, mãe de 7 filhos, todos menores de 14 anos, também ligada à entidade, assegurou que mais de mil pessoas participam da cata do lixo, principalmente durante à noite. "Eu cato à noite, e só consigo uns Cr\$ 2 mil ou Cr\$ 3 mil por dia, dinheiro que utilizo para comprar arroz e feijão pra minhas crianças", disse a mulher.

Tanto Zeni quanto Sebastiana são unânimes em admitir que, além das crianças, também os adultos passam fome. Sebastião Coutinho, por sua vez, tem uma explicação para a grande dificuldade pela qual atravessam os catadores: o lixo está cada dia mais "pobre" e o número de catadores não diminui.

"A maior parte dos caminhões traz mesmo é muito capim e terra, retirados das ruas. O papelão e o material melhor, são retirados na cidade pelos catadores que trabalham lá mesmo. Para nós resta bem pouco", disse ele. A associação, que deveria adquirir o material catado a preços melhores, estocando-o no galpão, para posterior comercialização, não vem efetivando a medida, sob alegação de que não dispõe de recursos financeiros.

MAIS FOME

Mas não é só no galpão da associação que existem crianças com fome. Bem próximo ao prédio, na sede da igreja São José — um barracão de madeira —, existem outras na mesma situação. Ali funciona uma escola improvisada, de 1ª e 2ª séries, mantida pela comunidade de São Pedro III, com professores voluntários.

"Aqui é preciso que alguém nos ajude doando material e também providenciando a merenda para as crianças. Existem muitas que vêm sem nada no estômago", assegurou a professora Belarmina Maria Pereira, moradora do conjunto habitacional André Carloni, na Serra; que, desempregada, decidiu "ajudar a quem mais precisa". São Pedro está com suas escolas com capacidade esgotada e a abertura de mais um estabelecimento é uma das grandes reivindicações da comunidade, além de creches.

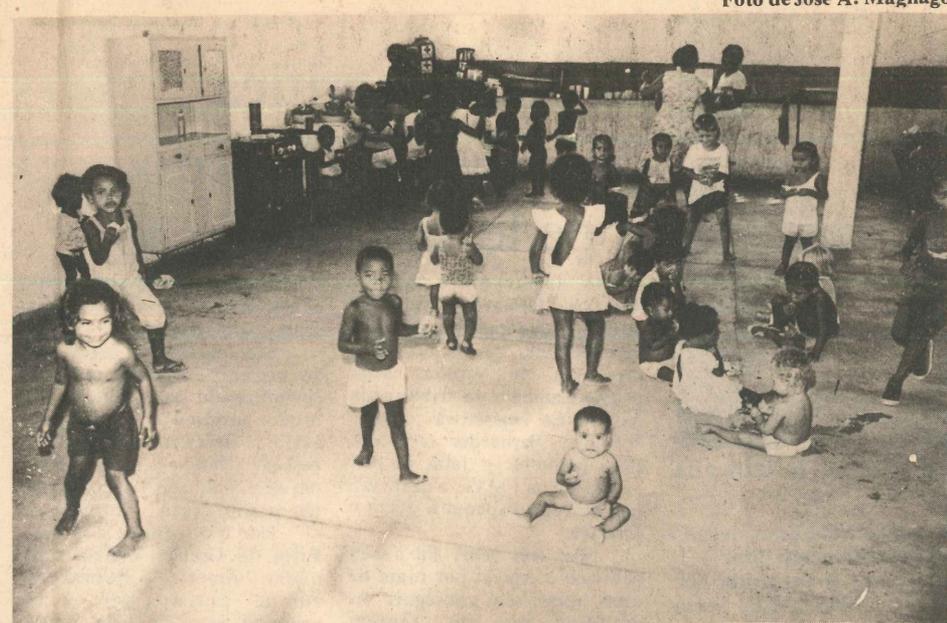
INVASÃO

A construção de uma creche, de uma escola, de um centro de saúde e de duas lavanderias, segundo o secretário de Ação Social da Prefeitura de Vitória, Agenor Roriz, faz parte dos planos do órgão e chegou a ser projetada. "Estávamos com tudo definido. O centro de saúde e a lavanderia seriam construídos com recursos obtidos através da Secretaria da Saúde e os demais equipamentos pela PMV", disse ele.

Segundo o secretário, até mesmo uma área foi escolhida para abrigar os serviços. A prefeitura planejava desapropriar um terreno e, quando iria iniciar o processo, em fevereiro, deparou-se com um problema: 14 famílias invadiram a área, alegando não ter onde morar. "Fizemos um levantamento sócio-econômico e constatamos que pelo menos três delas já têm casas. Chegamos a retirar as pessoas do local, mas acabamos decidindo permitir que elas mantivessem abrigos de lona, até que tudo fosse resolvido. Houve desrespeito e já existem barracos no local", explicou.

Roriz garantiu que a prefeitura estuda a possibilidade de transferir as famílias realmente carentes para um outro local, no mesmo bairro. Só assim será possível, segundo ele, a construção dos equipamentos já previstos, resolvendo a situação das crianças sem creche e sem escola. A Sebs alega não se envolver na questão da ocupação do galpão pelas crianças. "Viabilizamos, junto à Ucis e à PMV, a construção do prédio, solicitado há três anos pelos catadores. Enviamos o pedido de verba para a Seplan sob a argumentação de apoio à associação. Agora eles alegam não ter dinheiro para a compra do material. Uma situação nova, que poderemos estudar. Até hoje, porém, ninguém da entidade nos procurou para falar dessa dificuldade", assegurou a coordenadora dos Centros Sociais Urbanos, Ligia Gomes da Cunha Laranja.

Sebastião Coutinho, Sebastiana e Cândida Martins e Zeni Júlia da Silva Souza asseguram que os catadores, sem dinheiro, aguardam ajuda do governo para que a associação volte a funcionar. "Em dezembro, quando inaugurou o depósito, o governador Gérson Camata, que é o nosso presidente de honra, prometeu creche e centro de saúde pra gente. A gente está esperando que ele cumpra a promessa", frisaram, alegando que, de toda a situação, só não entenderam uma coisa: o fato de ter sido instalada uma placa, no prédio com a seguinte frase: "Esta obra foi idealizada pela presidente da Ucis, Rita Camata". Os catadores asseguram que quem idealizou a obra foram eles mesmos.



Além de conito, no galpão mexiste o principal: comida

Maria Ortiz: barracos estão ameaçando desabar

Foto de Ailton Lopes

Vários barracos no bairro Maria Ortiz, instalados na água, estão causando sérias preocupações à comunidade por ameaçarem cair. As famílias prejudicadas com o problema alegam não possuir recursos para consertos, ao mesmo tempo em que aguardam da Prefeitura de Vitória a transferência das casas para os lotes urbanizados previstos dentro do projeto Cidade de Porte Médio (CPM).

Ontem, o secretário de Obras, Humberto Vello, informou que as melhorias urbanas já foram contratadas e somente não começaram porque o BNH ainda não liberou os recursos necessários. Adiantou que a PMV nada pode fazer pelas famílias das palafitas, porque a área para onde serão transferidas ainda não recebeu os benefícios de infraestrutura previstos no projeto.

De acordo com o secretário, as obras de melhorias para o bairro Maria Ortiz foram contratadas em novembro do ano passado, estando prevista a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 15 bilhões. Acontece que a burocracia para a assinatura dos contratos por parte do BNH está sendo grande, fazendo com que os recursos não sejam liberados, explicou o secretário.

Adiantou que, assim que o dinheiro for liberado e as obras iniciadas, a área de 80 mil metros quadrados, onde ficarão alojados os barracos de aproximadamente 400 famílias das palafitas, ficará pronta num prazo máximo de 90 dias. Este terreno, desapropriado pela PMV, receberá drenagem, esgoto, pavimentação e banheiros sanitários.

No local onde os barracos estão hoje será construída uma longa avenida, como forma de urbanização e para evitar novas invasões no mangue. Humberto Vello ressaltou que tanto a PMV como o governo do Estado estão se empenhando para fazer com que os recursos do CPM sejam logo liberados e, para isso, basta apenas o presidente do BNH assinar os contratos, que se encontram sobre sua mesa.

PROBLEMAS

A situação das famílias que vivem nas palafitas é tão preocupante que, há cerca de dois meses, o barraco de Aledice de Oliveira caiu com seus dois filhos dentro. Hoje sua casa, um único pequeno cômodo, foi reconstruída. Mas em situação pior está sua mãe, Maria Eugênia de Oliveira;



Marli: "Se ventar, a casa balança"

que afirma estar sua casa com a madeira apodrecendo dentro da água.

A moradora lamenta não poder consertar os caibros, porque não possui condições financeiras e está aguardando a PMV realizar logo as transferências para dormir sossegada. Com o marido doente e aposentado com pequeno salário, Maria Eugênia espera qualquer tipo de ajuda, até mesmo aterro do mangue.

Outra que enfrenta a mesma situação é Marli Silva de Lacerda, que tem cinco filhos e um barraco de estacas. Ela contou que, recentemente, o marido colocou 18 estacas de madeira; mas não está suportando os problemas causados pela maresia. "Isso aqui tá perigoso. De noite, quando venta, a casa fica balançando, parecendo que vai cair", lamentou.

Almerinda Tereza Guedes, além de reclamar que as laterais de sua casa estão cedendo, pediu providências para consertar as passarelas, que estão com o mesmo problema: apodrecendo e sem nenhuma segurança. A moradora ganha salário mínimo e afirma que não possui condições de comprar madeira nova e nem de pagar aluguel em outro local mais tranquilo.

Saul Pereira, tesoureiro da Associação de Moradores de Maria Ortiz, diz que é muito ruim a situação desses moradores, que vivem constantemente preocupados. Segundo ele, a entidade já foi várias vezes procurar a PMV para sua satisfação sobre os projetos de melhorias, mas as alegações são sempre as mesmas: o BNH não liberou os recursos. Observou que essa demora já está fazendo com que a população descredite nas melhorias, ficando sem esperança.